

UMA REFLEXÃO SOBRE A POLÍTICA DE CERTIFICAÇÃO DE PROFESSORES NO ESTADO DA BAHIA: NOTAS PRELIMINARES

Ideojane Melo Conceição^a
Iramaia da Silva Santos^b
Josefa Leidiane Aquino de Santana^c
Silvane Santiago Souza^d
Solange Mary Moreira Santos^e
Maria Jose Oliveira Duboc^f

RESUMO: *Este artigo tem como objetivo contribuir para desvelar a política de certificação dos profissionais da educação que vem sendo utilizada pelo Governo da Bahia. A partir de pesquisa bibliográfica foi possível fazer um estudo das políticas públicas que estão sendo desenvolvidas no âmbito educacional desde a década de 90 e suas implicações para o profissional da educação, perceber a influência dos conceitos de competência e certificação profissional nas mesmas, além de fazer uma análise das competências exigidas aos professores e da complexidade que envolve a utilização dessas.*

Palavras-chave: Política Educacional; Certificação; Competência.

INTRODUÇÃO

O sucateamento e a desvalorização da escola têm se manifestado pela sua incapacidade de atender às demandas sociais e cumprir as funções que lhes são atribuídas pela sociedade. Essa situação tem afetado diretamente a qualidade de ensino, representada pelos índices de evasão, recorrente escolar, defasagem idade-série, baixos níveis de aprendizagem. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) afirma que:

(...) se tomarmos o conjunto de matrículas do Ensino Fundamental e compará-lo com a população de 7 a 14 anos, vemos um excesso de cerca de 20% de alunos, indicando que ainda há, nesse nível de ensino, estudantes que já ultrapassaram a idade considerada adequada para a conclusão dos 8 anos no fundamental. (INEP, 2007)

^a Graduanda de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS e bolsista de Iniciação Científica (FAPESB)

^b Graduanda de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS e bolsista de Iniciação Científica (PROBIC)

^c Graduanda de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS e bolsista de Iniciação Científica (PROBIC)

^d Graduanda de Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS e bolsista de Iniciação Científica (PROBIC)

^e Professora do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. solange.santos@ig.com.br - Orientadora

^f Professora do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. mariaduboc@ig.com.br. Co-orientadora

Numa tentativa de reverter esse quadro, o governo brasileiro, em parceria com algumas agências internacionais, tem promovido reformas educacionais com o objetivo de democratizar e universalizar o ensino através de políticas públicas que priorizam a qualidade da educação ofertada no país.

Nesse sentido, o Governo da Bahia, em parceria com o Banco Mundial, vem desenvolvendo vários projetos que visam melhorar a situação educacional do Estado. Entre eles merece destaque o Programa Estratégico “Educar para Vencer”, que desenvolve cinco projetos prioritários e articulados entre si para fortalecer a escola com foco máximo no Ensino Fundamental e Médio da rede pública. Uma das vertentes trabalhadas pelo programa é a certificação ocupacional dos profissionais da educação, que consiste no desenvolvimento de um sistema que prima por estabelecer padrões de mérito e competência para a escolha de profissionais. Essa vertente é alvo de uma pesquisa que está sendo realizada pelo Núcleo de Formação de Professores (NUFOP) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), que tem como principal objetivo investigar qual a compreensão de formação de professor está sendo produzida a partir dos pressupostos estabelecidos no projeto de certificação.

Como bolsistas de Iniciação Científica da referida pesquisa, sentimos a importância de aprofundar nossos conhecimentos a respeito das principais categorias que estão presentes no projeto de certificação ocupacional como: políticas educacionais, certificação ocupacional e competências.

Para tanto, através de pesquisa bibliográfica, levantamos informações que permitiram discutir o contexto sócio-político em que o projeto foi implantado, bem como, compreender quais são as competências exigidas aos professores para que esses possam ser certificados pelo Projeto de Certificação Ocupacional desenvolvido pela Fundação Luis Eduardo Magalhães (FLEM), instituição responsável pela elaboração e aplicação dos exames que identificam as competências dos profissionais e promove a certificação dos mesmos.

A partir dos estudos desenvolvidos, elaboramos o presente artigo na certeza de poder contribuir para desvelar a política de certificação e o entendimento das políticas públicas que estão sendo implantadas em nosso Estado.

UM POUCO DE HISTÓRIA

No Brasil, a educação sempre foi tratada como assunto secundário. Na verdade, o tema só é alvo de discussão e preocupação quando a sociedade lhe atribui a função de auxiliar no desenvolvimento econômico da nação.

Um desses momentos de valorização da educação aconteceu na década de 20, com o início do processo de industrialização e de urbanização do país. A nação, nessa época, precisava de mão-de-obra qualificada para compor a frente de trabalho que levaria o país a uma posição de nação industrializada. Esse período foi marcado por uma “conscientização” da “elite brasileira, que já havia se adiantado no estabelecimento constitucional do direito à educação para todos, e viam agora esse direito interligado a um dever que cada cidadão deveria assumir perante a sociedade.” (HÁDDAD, 2000, p. 6).

O movimento social que impulsionava a sociedade para busca da equiparação com as nações desenvolvidas fez com que a educação ocupasse lugar de destaque nas discussões que visavam impulsionar o avanço e desenvolvimento do país.

Para ajudar no alcance desse objetivo, a educação precisava passar por uma série de mudanças que supostamente acarretariam na melhoria de sua qualidade e oferta. É nesse

contexto que os investimentos internacionais passam a ser determinantes para que os resultados desejados fossem alcançados.

Recorrer a empréstimos internacionais para resolver problemas internos faz parte do histórico brasileiro desde o período colonial. Uma prática que nos acompanha, década após década, resultando na dependência do Brasil ao capital estrangeiro para solucionar falhas do nosso sistema.

No que diz respeito à educação, essa dependência se acentua a partir da década de 1990, período marcado por diversos eventos que tinham como ponto de pauta a melhoria da oferta da educação na América Latina e Caribe. O primeiro desses eventos foi a Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrido em 1990 em Jomtien (Tailândia). Este evento contou com a participação de governos, associações profissionais e personalidades do plano educacional de todo o mundo. Os governos presentes nesta Conferência assinaram uma declaração na qual “comprometeram-se a assegurar uma educação básica de qualidade a crianças, jovens e adultos” (SHIROMA, 2002, p. 57), e assumiram o compromisso de promover a diminuição dos altos índices de analfabetismo que, até então, faziam parte das estatísticas educacionais desses países.

Para isso, algumas estratégias foram acordadas entre esses países, como nos apresenta Shiroma (idem):

1. satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de todos – crianças, jovens e adultos. Porém, sendo as necessidades diferentes, também deveriam ser os conteúdos, meios e modalidades de ensino e aprendizagem;
2. dar prioridade às meninas e mulheres, eliminando toda forma de discriminação na educação;
3. dar atenção especial aos grupos desamparados e aos portadores de necessidades especiais;
4. concentrar a atenção mais na aprendizagem e menos em aspectos formais, como o número de anos de escolarização ou de certificados, assegurando que crianças, jovens e adultos pudessem efetivamente aprender, bem como utilizar sistemas de avaliação de resultados;
5. valorizar o ambiente para a aprendizagem de crianças, jovens e adultos, responsabilizando cada sociedade pela garantia de condições materiais, físicas e emocionais essenciais para aprender, incluindo nutrição, atenção à saúde, entre outros;
6. fortalecer o consenso entre os vários interesses, reconhecendo a obrigação do Estado e das autoridades educacionais em proporcionar educação básica à população e a necessidade de envolver a sociedade: organismos governamentais e não-governamentais, setor privado, comunidades locais, grupos religiosos, famílias. Destaca-se a urgente necessidade de melhorar a situação docente;
7. ampliar o alcance e os meios da educação básica que começa no nascimento e se prolonga por toda a vida, envolvendo crianças, jovens e adultos, reconhecendo a validade dos saberes tradicionais e do patrimônio cultural de cada grupo social e que se realizam não apenas na escola, mas também por meio de modalidades não-formais e informais.

Essas estratégias delineavam o norteamento que tomava a política educacional internacional, mostrando-nos quais caminhos, a partir de então, a educação trilharia.

No decorrer da década de 90 vários encontros foram realizados visando avaliar as políticas em andamento, e se necessário, modificá-las. No Brasil esses encontros resultaram na ampliação e desenvolvimento de políticas públicas que deram um novo rumo à educação. Podemos destacar entre essas políticas o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais

(PCNs), o Plano de Desenvolvimento de Escola (PDE), a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEB). Atualmente esse fundo foi reformulado, tornando-se mais amplo, de modo a contemplar toda a Educação Básica.

Essas políticas propostas, ao privilegiarem o desenvolvimento do ensino, atribuem ao professor um papel de fundamental importância, identificando nele a responsabilidade pelos problemas de ensino e por resolvê-los. Para tanto o professor deve desempenhar, assim, o papel crucial de tornar possível que as políticas desenvolvidas obtivessem sucesso. Para isso, é de extrema relevância que o professor perceba que as reformas que estão acontecendo lhes dizem respeito e que ele deve, com urgência, envolver-se nelas.

Seguindo essa tendência, o Governo do Estado da Bahia vem desenvolvendo alguns projetos que visam à melhoria da qualidade do ensino. Um deles se refere à certificação dos profissionais da educação, que se constitui num processo de avaliação dos conhecimentos e habilidades básicas necessários ao exercício da ocupação.

Nesse sentido a Secretaria de Educação do Estado tem utilizado a certificação para selecionar as lideranças educacionais do Estado, envolvendo os cargos de Dirigente Escolar, Coordenador Pedagógico, bem como, Professor Alfabetizador, Professor de Disciplinas e Secretário Escolar.

Para o governo tal programa traz diversos benefícios para os profissionais e para a sociedade e acarretará ao professor “maior consciência do seu papel; maior clareza nos critérios de ocupação dos cargos; reconhecimento público de suas competências e experiências; estímulo ao aperfeiçoamento contínuo; promoção na carreira do Magistério Público Estadual do Ensino Fundamental e Médio, conforme Lei nº. 8.480, de 24 de outubro.” Além da sociedade também ser beneficiada com a “segurança na qualidade de serviços prestados; desenvolvimento e manutenção das competências estratégicas; garantia de profissionalização; democratização do processo de preenchimento de cargos; integração ensino acadêmico e exigência de mercado de trabalho” (idem).

Esse programa tenta identificar nos profissionais da educação as competências necessárias para que eles possam ocupar os cargos escolares, o que se constitui tema da seção seguinte.

A CERTIFICAÇÃO E AS COMPETÊNCIAS DOS PROFISSIONAIS

A terminologia “certificação” tem sua origem no século XIX com um grupo de oftalmologistas que buscavam identificar a excelência profissional nesta área. Para tanto, estabeleceram uma comissão nacional para certificar profissionais que fossem capazes de alcançar um alto padrão de treinamento e experiência.

O conceito de certificação deriva das palavras (1) certus + (2) facere, que em latim significam respectivamente certo, seguro, evidente e fazer. A certificação define-se como um mecanismo composto por sistemas de estratégias cujos procedimentos técnicos tornam os padrões de certificação comparáveis, são eles: análise de cargo, desenvolvimento das especificações de teste, desenvolvimento dos testes de certificação, estabelecimento da linha de corte (nota de aprovação), pontuação e análise de dados e equacionalização das diversas versões dos testes.

Segundo Alexim e Lopes (2003, p. 1440), a maior expressão adquirida no terreno de certificação profissional foi a sua incorporação pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), para conceder a marca de conformidade aos

produtos, processos e serviços. Vale destacar que uma instituição não está obrigada a registrar-se no INMETRO, mas se desejar garantir sua imagem, sobretudo em relações internacionais, o selo desse Organismo se impõe como condição necessária.

Nessa direção, o processo de certificação tem sido um dos instrumentos de orientação para o mercado de trabalho e de política de emprego requerido pelo sistema produtivo e definido em termos de padrões ou normas, por isso, tem sido apresentado como recurso eficaz para organizar o mercado de trabalho e promover a produtividade. Todavia, de acordo com Alexim e Lopes (2003, p. 1443), existe ainda a perspectiva da certificação como instrumento de uma política de educação profissional permanente, comprometida em proporcionar a todo trabalhador maior autonomia e capacidade de gerir o seu próprio destino profissional, podendo proporcionar-lhe um maior leque de opções e oportunidades.

A política de certificação profissional foi desenvolvida no Brasil pelo Ministério da Educação (MEC), cuja proposta partiu do Conselho Nacional de Educação (CNE) e estabelecida pela (Lei de Diretrizes e Bases) LDB em seu artigo 41, que diz que “todo conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.”

O parâmetro desse sistema nacional fundamenta-se num padrão de competências entendida como “a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, habilidades e conhecimentos necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho.” (artigo 6º da Resolução CNE/CEB n. 4/99, e item 6.3 do parecer n. 16/99). Porém, esta nova resolução política também propõe separar a certificação profissional (desempenho da pessoa) da certificação escolar (de conhecimento).

Desse modo para o MEC (2000):

(...) ao trabalhador também pode interessar certificar certos conhecimentos, saberes, habilidades ou competências para fins de preparar-se para o mercado de trabalho. Mas é preciso destacar que as competências se reduzem a uma parte dos atributos dos trabalhadores, não incluindo dimensões culturais e cognitivas fundamentais à avaliação das potencialidades dos sujeitos.

Portanto, esse é um dos desafios, para organização de uma política pública de certificação.

É possível afirmar que o conhecimento público do profissional, quanto a sua competência para o exercício da profissão, está expressa na concepção de educação, política e economia no contexto em que estão inseridos os interessados que possam alcançar benefícios, na forma do valor agregado pela implementação de um sistema de certificação.

Perrenoud define competência como sendo “uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles” (1999, p. 7). Ainda, segundo o autor, a competência é entendida como um processo de construção e reconstrução permanente, realimentado pela diversidade das práticas.

O programa de certificação tenta identificar nos profissionais da educação justamente as competências necessárias para que eles possam ocupar os cargos escolares, porém cabe indagar qual o conceito de competência presente no debate contemporâneo?

Assim, torna-se importante que os professores adotem uma prática pedagógica que visa despertar, desestabilizar, provocar contradições, desequilibrar, favorecer o pensar, mediante atividades problematizadoras em que o interesse e o desejo do aluno possam emergir e ele seja estimulado a pensar por si mesmo. Também é relevante favorecer o contato do aluno com objetos, elementos e situações que possibilitem respostas aos problemas suscitados e a elaboração de conhecimentos de forma crítica, significativa e duradoura. Cabe-lhe, ainda,

interagir no processo de construção de competências, acompanhar o percurso do aluno, ajudando-o a desenvolver métodos de trabalho e articular várias aprendizagens.

A CERTIFICAÇÃO OCUPACIONAL DE PROFESSORES NO ESTADO DA BAHIA

O Projeto de Certificação Ocupacional de Professores tem o objetivo de aprimorar a profissionalização e qualificação a partir de exames práticos e teóricos que identificam as competências, as habilidades necessárias ao cargo.

Nesse sentido, o Projeto de Certificação Ocupacional, através de pesquisas e estudos estabeleceu os Padrões de Competências Básicas que refletem um conjunto de expectativas a respeito das funções e do papel do professor, sem, contudo, pretender indicar ou prescrever métodos pedagógicos particulares. No entanto, podem ser referenciais orientadores para o desempenho profissional e subsidiar a prática pedagógica, na perspectiva de potencializar a aprendizagem e a formação do aluno, enquanto cidadão.

Nesses estudos e pesquisas e nos documentos apresentados, identificou-se a existência de um núcleo comum de competências necessárias a todo professor, e um núcleo específico referente a cada disciplina que integra a matriz curricular desses segmentos de ensino (FLEM, 2007). Estes padrões estão agrupados em seis dimensões:

Padrão I: Referenciais Pedagógicos

Padrão II: Norteadores do Trabalho do Professor

Padrão III: Planejamento do Curso

Padrão IV: Prática Docente

Padrão V: Conteúdos Específicos da Disciplina

Padrão VI: Língua Portuguesa

- Padrão I: Referenciais Pedagógicos

Este padrão diz respeito aos aspectos conceituais relacionados às teorias da aprendizagem, na perspectiva de que o professor estimule seus alunos no sentido da cidadania, ajudando-os a posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais.

- Padrão II: Norteadores do Trabalho do Professor

Este padrão de competência exige que o professor ministre um curso coerente com a Legislação Educacional e Políticas da Educação. Para tanto, é necessário conhecer as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), além de cumprir o Regimento Interno da Escola, participar do Conselho de Classe e adequar o Plano de Curso à Proposta Pedagógica, Currículo Escolar e Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE).

- Padrão III: Planejamento do Curso

No seu Plano de Curso o professor deve estabelecer objetivos que expressem com precisão as competências a serem desenvolvidas nos alunos de forma a possibilitar aprendizagens contínuas e significativas e processos avaliativos eficazes. Esses deverão ser articulados com os conteúdos, com as metodologias, as estratégias e os recursos didáticos. Além disso, deve fomentar as necessárias interações com as demais disciplinas a fim de favorecer a visão global do aluno e o desenvolvimento de suas competências.

- Padrão IV: Prática Docente

A prática docente do professor refere-se à sua atuação em sala de aula, frente aos diversos elementos impulsionadores ou restritivos ao processo ensino-aprendizagem. Neste padrão é

exigido ao professor uma prática participativa, interativa, problematizadora e envolvimento de recursos didáticos que contribuam para o sucesso escolar do aluno.

- Padrão V: Conteúdos Específicos da Disciplina

Para satisfazer este padrão, o professor deve conhecer os conteúdos específicos da disciplina que leciona para garantir que, ao serem tratados em sala de aula, eles tenham um tratamento conceitual correto, bem como que as possíveis dúvidas dos alunos sejam esclarecidas com precisão.

- Padrão VI: Língua Portuguesa

Este padrão diz respeito à análise e síntese, elaboração de esquemas, interpretação de textos, entre outras habilidades que o professor deve ajudar o aluno a desenvolver. Para isso, o professor lê, analisa e elabora textos com coerência, coesão e adequação da linguagem de acordo com a modalidade padrão da Língua Portuguesa.

Diante de todos esses padrões, é fácil perceber a complexidade no que se refere ao exercício do papel do professor. As competências que esse deve possuir formam um conjunto amplo de saberes que, na maioria das vezes, não faz parte da sua formação. Em muitos casos pode se caracterizar tanto pela má qualidade do curso realizado quanto pela falta de condições para desenvolver as competências que são exigidas.

Mesmo possuindo as competências e habilidades que são necessárias para desempenhar sua função com qualidade, nem sempre o professor encontra as condições necessárias para que isso ocorra. A defasagem salarial, a falta de material didático, a falta de formação continuada contribuem diretamente para que o professor não se sinta estimulado a utilizar essas competências, mesmo que ele as possua.

Apesar desses padrões definirem as competências necessárias ao professor e o exame que é aplicado pela FLEM para detectar se o professor possui ou não essas competências, não há garantia que esse profissional faça uso das mesmas, pois além de todos os fatores já citados, ainda há o fato de o professor optar ou não por desenvolver essas competências. Assim, a atuação do professor com a qualidade exigida não é tarefa fácil, pois está em jogo uma série de fatores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados foi possível perceber que as políticas públicas desenvolvidas no país, em diferentes instâncias, tiveram como marca uma diversidade de projetos. Entre eles destacamos o Projeto de Certificação Ocupacional, desenvolvido pelo governo do Estado da Bahia, que numa tentativa de melhorar o sistema educacional do Estado, passou a promover a certificação dos profissionais da educação, com o intuito de avaliar se os mesmos detêm as competências necessárias para desenvolver as atividades do seu cargo.

No que se refere ao professor, o Projeto de Certificação tenta identificar competências que fazem com que o mesmo cumpra seu papel com a qualidade e o êxito que a sociedade exige, ou seja, a de proporcionar ao aluno uma educação para a cidadania, já que a formação do cidadão se esconde, na escola, no coração da construção de saberes. Essas competências contemplam seis dimensões de trabalho: referenciais pedagógicos, norteadores do trabalho do professor, planejamento do curso, prática docente, conteúdos específicos da disciplina e língua portuguesa.

Possuir essas competências, segundo o projeto, se faz relevante para que o professor possa desenvolver todo o trabalho que lhe é exigido pela sociedade, porém é válido ressaltar a complexidade para o professor possuir tais competências e fazer uso delas, já que diversos fatores interferem nessa utilização, tais como: a defasagem salarial, a falta de material didático, a

precariedade da formação inicial, a falta de formação continuada e até mesmo a falta de disposição para utilizar as competências que ele possui e desenvolver as que lhe faltam.

Assim sendo, não basta apenas identificar as competências que o profissional possui se não há garantia da sua efetivação. É importante destacar ainda, que os resultados dos testes devem ser uma referência para permitir ao professor condições que facilitem positivamente o exercício profissional, o quem se dá no espaço concreto de sala de aula.

REFERÊNCIAS

ALEXIM, J. C; LOPES, C. L. A certificação profissional revisitada. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, vol. 29, nº. 3, p. 3-15, set./dez. 2003.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei (9394/96. Publicada no **Diário Oficial da União**. Dezembro de 1996).

FUNDAÇÃO LUIS EDUARDO MAGALHÃES, Certificação Ocupacional. Apresentação Geral. Salvador, 2000 a.

_____. Padrões de Competência para o cargo de professores, Salvador, 2000 b.

HADDAD, Sérgio e **DI PIERRO,** Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. Revista Brasileira de Educação/ANPED, n. 14, São Paulo.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) on line www.inep.gov.br. Acesso em maio 2007.

MEC (Ministério da Educação e Cultura) on line www.mec.gov.br. Acesso em 05/06/2007

PERRENOUD, P. Construindo as competências desde a escola. Porto Alegre, Artmed, 1999.

SEC (Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Bahia) on line www.sec.ba.gov.br. Acesso em 5/6/2007

SHIROMA, E. O.; **MORAES,** M. C.; **EVANGELISTA,** O. O que você precisa saber em política educacional. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.